

OS MOÇOS DA AREIA CONTRA O BARÃO: CONFLITOS POLÍTICOS EM ITAPEMIRIM NO SÉCULO XIX.

Laryssa da Silva Machado*

Resumo: O presente artigo pretende abordar os conflitos políticos que aconteciam em Itapemirim, região sul da Província do Espírito Santo, durante a segunda metade do século XIX. Fazendeiros da região ocupavam cargos políticos na Província e mantinham contato com pessoas importantes na Corte. Assim, os partidos locais, Macucos e Arraias, se alinharam respectivamente aos Conservadores e Liberais na segunda metade dos Oitocentos, e seus líderes estavam envolvidos em denúncias sobre tráfico de escravos na Corte. Os conflitos entre o Coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, líder do partido dos Macucos/Conservadores, e Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim, líder dos Arraias/Liberais, repercutiu até na visita do Imperador a Província. Também utilizavam os jornais para discutirem suas ideias.

Palavras-chave: História de Itapemirim; Conflitos Políticos; Província do Espírito Santo.

THE MOORS OF THE SAND AGAINST THE BARON: POLITICAL CONFLICTS IN ITAPEMIRIM IN CENTURY XIX.

Abstract: This article aims to address the political conflicts that occurred in Itapemirim, southern region of the Province of Espírito Santo, during the second half of the 19th century. Farmers from the region held political posts in the province and kept in touch with important people in the Court. Thus, the local parties, Macucos and Arraias, aligned themselves with the

* Licenciada em História (2007), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2009), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (2016). Mestranda do Programa da Pós-graduação em História da UFES (2017-2019). Docente de História da Rede Municipal de Maratáizes-ES. E-mail: assyrrall@gmail.com.

Conservatives and Liberals in the second half of the nineteenth century, and their leaders were involved in denunciations of the slave trade in the Court. The conflicts between Colonel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, leader of the Macucos / Conservadores party, and Joaquim Marcelino da Silva Lima, Barão de Itapemirim, leader of Arraias / Liberais, had repercussions even in the visit of the Emperor to the Province. They also used newspapers to discuss their ideas.

Keywords: History of Itapemirim; Political Conflicts; Province of Espírito Santo.

Introdução

A Independência do Brasil deu poder a um grupo de elite formado por fazendeiros e comerciantes, que procuraram manter as estruturas tradicionais de produção cujas bases eram o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade¹. Por conta disso, o governo imperial era também civil, e essa elite tinha convicção da legitimidade de seu poder². Havia também homogeneidade, pois na primeira metade do século XIX a elite brasileira formava o funcionalismo público, grande parte na magistratura e no Exército, além de obter formação jurídica em Coimbra³.

Mattos⁴ apresenta a classe senhorial como forjadora da ordem imperial, onde serviam ao Estado para construir a unidade imperial. Essa unidade não pode ser confundida com igualdade, pois houve também a restauração da hierarquia, dos interesses dominantes em cada região, além do privilegiamento da agricultura mercantil-escravista⁵. “O governo da nação ficava nas mãos de um grupo de elite: fazendeiros, comerciantes, pessoas que ocupavam altos postos na administração e no governo⁶”.

¹ COSTA, E. V. *Da Monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 9.

² CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 55.

³ *Ibidem*, p. 37.

⁴ MATTOS, I. R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 57.

⁵ *Ibidem*, p. 86.

⁶ COSTA, Op. Cit., p. 55.

Economicamente, o Brasil continuou agrário, latifundiário exportador e escravista. Trocava apenas a cultura da cana pelo café e a mão de obra escrava permanecia em toda parte: “nos canaviais, nos engenhos, nos campos de algodão, nas plantações de cacau, nas fazendas de café que se abririam no Vale do Paraíba e nas charqueadas do Sul. No campo e na cidade, ele era o principal instrumento de trabalho⁷”. Os conflitos políticos no império foram marcados pelos grupos Luzias e Saquaremas, onde este último assumiu a autoridade do governo, exercendo direção política, intelectual e moral⁸. Os Saquaremas, ligados aos Conservadores, abrigavam principalmente os representantes da elite agrícola de exportação, enquanto os Liberais tinham como maioria os produtores para o mercado interno⁹.

Salles¹⁰, ao escrever sobre a elite senhorial fluminense, afirma que a construção do império brasileiro resultou na formação de uma classe senhorial escravista, existente em toda nação, com o mesmo estilo de vida e que se inspiravam nos proprietários do Rio de Janeiro, a sede administrativa. As províncias mais afetadas eram as que se localizavam no entorno, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Assim, surgem nesses lugares figuras senhoriais que se destacaram em suas localidades e se inspiravam nos grandes senhores do império, ligados a Coroa, como bem demonstraram Mattos¹¹ e Carvalho¹², e em escala local, copiavam a classe senhorial da Corte, nas regras políticas, sociais e culturais.

Sobre a influência do poder imperial nas localidades, Costa¹³ explica que o sistema político centralizado colocava os municípios na dependência dos governos provinciais e as províncias na dependência do império. Além disso, para os Saquaremas, as paixões partidárias, o predomínio das influências locais e as brigas entre famílias enfraqueciam o poder imperial. “O poder fraco guardava relação com a descentralização política e administrativa; o poder forte estava relacionado à centralização, e tinha no governo do Estado

⁷ Ibidem, p. 274.

⁸ MATTOS, Op. Cit., p. 156-157.

⁹ CARVALHO, Op. Cit., p. 225.

¹⁰ SALLES, R. *E o Vale era escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 46-47.

¹¹ MATTOS, I. R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

¹² CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹³ COSTA, Op. Cit., p. 9.

o seu instrumento natural, o qual não se empenharia em ‘exterminar famílias’, e sim impedir lutas entre elas¹⁴”.

Como se pode perceber, a centralização política do Império determinava os traços da política local. Conservadores e Liberais disputavam poder nas Províncias e nas localidades, o que representava um problema para o governo imperial. A classe senhorial que surge nesse período é quem exerce esse poder. Os senhores da Corte influenciam os senhores locais, que copiam seu poder político e econômico, além de plagiarem o modo de vida e a cultura da sede do Império. Em Itapemirim, localizado ao sul da Província do Espírito Santo, essas características são percebidas entre os membros da elite. Além dos conflitos políticos constantes, que repercutiam na Corte, os grandes fazendeiros copiavam o estilo de vida da elite imperial, surpreendendo alguns com tamanha pompa.

As mudanças econômicas e políticas no Espírito Santo ao longo do século XIX

O século XIX é visto por muitos historiadores capixabas como um divisor de águas para a Província, nos aspectos político-administrativo e econômico. Mesmo sendo um dos primeiros territórios colonizados no Brasil, a terra de Vasco Fernandes Coutinho amargou longos períodos de problemas nessas áreas¹⁵. Para Santos, foi exatamente entre o fim do século XVIII e o início do XIX “que realmente se deu um primeiro e decisivo passo no sentido de definição de uma identidade territorial do Espírito Santo enquanto unidade administrativa e política distinta, dotada, inclusive, de um projeto de desenvolvimento próprio¹⁶”.

Até meados do século XIX, o Espírito Santo tinha sua economia baseada na produção de alimentos que eram exportados para outras províncias, como afirma Carvalho¹⁷. A província do Espírito Santo produzia farinha de mandioca, açúcar, fios de algodão, cachaça,

¹⁴ MATTOS, Op. Cit. p. 194.

¹⁵ CARVALHO, E. F.. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. p. 28-34.

¹⁶ SANTOS, E. F.. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2002, p. 153.

¹⁷ CARVALHO, 2008, p. 59-60.

arroz, milho, feijão, cal, colchas, redes. O plantio do café, no início do século, ainda era pequeno e não se destacava dentro da economia brasileira, nem mesmo na economia capixaba. Segundo o estudo de Rocha e Cossetti¹⁸, o café foi introduzido no Espírito Santo por volta de 1815 e tornou-se cultura dominante por volta de 1840, substituindo gradualmente o cultivo de açúcar, predominante até então. Entre 1856 e 1872, houve uma grande expansão da cafeicultura concentrada na região sul, especificamente na região do Vale do Itapemirim.

A transição da primeira para a segunda metade do século XIX é classificada por Oliveira¹⁹ como o “início de uma nova era”. De acordo com o autor, “foi assim, enfrentando dificuldades de toda ordem – em sua grande maioria derivadas da deficiência de recursos – que o Espírito Santo alcançou o fim da primeira metade do século XIX”²⁰. A expansão cafeeira no sul capixaba está diretamente ligada à decadência das lavouras de café do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais²¹. Habitantes de outras províncias, já há algum tempo, ocupavam as terras capixabas. Primeiro vieram os mineiros, atraídos pelas “terras virgens” capixabas, graças às estradas abertas em Itapemirim e Itabapoana. Já ao sul, as terras foram ocupadas por proprietários de terras do Norte Fluminense, durante o período cafeeiro²².

No sul capixaba, inicialmente as lavouras foram implantadas na área litorânea dos Vales dos rios Itapemirim e Itabapoana. Essas plantações substituíram as de cana-de-açúcar, que eram mais custosas e trabalhosas. O café, por sua vez, além de oferecer uma margem de lucro maior, exigia menos capital e cuidados²³. Porém, a expansão das lavouras seguirá na direção das terras do interior da região sul, já que oferecia condições naturais mais propícias, principalmente o solo massapê, mais consistente e resistente à erosão. Além disso, as ondulações do relevo eram mais suaves e propícias, e o clima, úmido e com chuvas regulares, propiciava condições favoráveis ao plantio²⁴.

¹⁸ ROCHA, H. C.; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983. p. 15-16.

¹⁹ OLIVEIRA, J. T. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p. 354.

²⁰ *Ibidem*, p. 354.

²¹ ROCHA, COSSETTI, Op. Cit., p. 19.

²² BITTENCOURT, G. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização*. Do Engenho às Grandes Indústrias (1835-1980). Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convênio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987, p. 68.

²³ ROCHA, COSSETTI, Op. Cit. p. 16.

²⁴ SALETTO, N. *Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996, p. 35.

Como na economia, a política capixaba ganhará contornos semelhantes a Corte após a década de 1850. Antes disso, não haviam partidos políticos definidos entre Conservadores e Liberais. O surgimento dos grupos políticos capixabas, na década de 1840, ocorreu por conta de uma briga entre irmandades religiosas: quando os irmãos do Convento de São Francisco impediram que a Irmandade do Rosário utilizasse a imagem de São Benedito numa festa em homenagem ao santo. Os irmãos do Rosário então roubaram a imagem do santo. Estes ficaram conhecidos como peroás enquanto os irmãos do Convento de São Francisco passaram a ser chamados de caramurus. “A província, entretanto, não demonstrou completa adesão às facções da Corte e seus projetos políticos²⁵”. Para Siqueira, sobre os partidos políticos capixabas, “trata-se, neste sentido, de certo anacronismo por parte dos memorialistas que associaram caramurus e peroás aos partidos Liberal e Conservador²⁶”.

Entre 1840 e 1850 criaram-se outras denominações políticas na província capixaba: os Bermudistas, chefiado pelo padre Inácio Bermudes e os Dionisianos, comandados pelo coronel Dionísio Rosendo. Esses grupos não mantinham relação com os partidos políticos da Corte. A disputa era baseada em interesses pessoais e não havia reivindicação de adesão aos partidos Conservador ou Liberal. No final da década de 1850, provavelmente após a morte do padre Bermudes, Francisco Monjardim assumiu a liderança dos Bermudistas, quando muda o nome do grupo para Capichabas em 1857. Também não havia divergência nas propostas políticas nem apelo para adesão aos partidos da Corte²⁷.

Mas é na década de 1860 que os partidos capixabas, aos moldes da Corte, vão surgir, tendo intensa participação da imprensa local, que também aparece nesse momento. Conservadores e Liberais vão se utilizar de jornais para discussão de suas ideias políticas, onde assumiam a identidade dos partidos. Os Capichabas definiram-se como Liberais enquanto que os Dionisianos colocaram-se como Conservadores. Novos jornais apareceram, alguns localizados no sul da província, aumentando a discussão política e manifestando o posicionamento partidário do jornal²⁸. Esse período é denominado de Renascer Liberal, pois

²⁵ SIQUEIRA, K. S. *O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2016, p. 32.

²⁶ *Ibidem*, p. 33.

²⁷ *Ibidem*, p. 34.

²⁸ *Ibidem*, p. 42.

houve intensa produção de textos políticos circulando nos jornais²⁹. “A partir do ano de 1863, o fortalecimento das identidades partidárias tornou-se ainda mais evidente nos jornais. Os indivíduos passaram a se identificar cada vez mais como Liberais ou Conservadores³⁰”.

As divergências políticas eram expostas na imprensa. Quase sempre as reclamações partidárias giravam em torno das eleições. “Um grupo sempre caracterizava seu opositor como desordeiro e provocador de anarquia. Nenhum dos grupos, contudo, se autodenominava anarquista ou se colocava como destruidor da ordem imperial como sinal de resistência à política da Corte³¹”. Siqueira, porém, chama a atenção para a divergência entre os discursos políticos de Vitória e da região Sul da província, especificamente em Itapemirim. Ao que parece, no Sul os interesses pessoais se eram maiores que na Capital³². Mas esse assunto será abordado mais a frente, quando for discutido os embates políticos itapemerinenses.

Por agora, é importante destacar a mudança ocorrida na província do Espírito Santo ao longo do século XIX. Na economia, o café assumiu a liderança nas exportações, deixando a produção de açúcar em segundo plano. Já na política, a formação de partidos, que primeiramente defendiam interesses particulares, mas que acabaram se alinhando as ideias partidárias da Corte, também foi um diferencial. A elite capixaba, beneficiada pelo crescimento econômico do século XIX, vai se aliar aos Conservadores e Liberais com a utilização dos jornais para divulgarem suas ideias, muitas vezes conflitantes.

Do doce do açúcar ao amargo do café: a formação de Itapemirim.

A região de Itapemirim foi uma das mais importantes do Oitocentos capixaba, destacando-se na política e na economia provincial. A colonização efetiva ocorreu no final do século XVIII, mas antes disso já havia uma pequena povoação as margens do Rio Itapemirim. Segundo Daemon³³, a região estava entre as primeiras sesmarias doadas por Vasco Fernandes

²⁹ Ibidem, p. 40.

³⁰ Ibidem, p. 50.

³¹ Ibidem, p. 50.

³² Ibidem, p. 51-52.

³³ DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. p.114.

Coutinho a Pedro da Silveira em 1539. Já Marins³⁴ destaca que os primeiros povoados da região datam do século XVI. Do século XVI ao XVIII pouco se sabe da colonização itapemerinense, exceto que as terras pertenciam à família de Domingos de Freitas Bueno Caxangá, um dos primeiros desbravadores da região, que chegou a Itapemirim por volta de 1701 ou 1710³⁵.

Em 1771, ocorre o fato decisivo para a colonização efetiva da localidade, quando os fugitivos de um ataque indígena dos Puris as Minas de Castelo, região no interior da Província do Espírito Santo³⁶, desceram o Rio Castelo, afluente do Rio Itapemirim, e chegaram a barra desse rio, onde fixaram-se³⁷. Era a região de Itapemirim, onde já havia uma fazenda de açúcar denominada Fazendinha, que pertencia à família Caxangá³⁸. Essa localidade era cercada por canaviais que foram ampliados após o século XVIII³⁹. A Fazendinha foi vendida ao Capitão Balthazar Caetano Carneiro e este a vendeu ao Capitão José Tavares de Brum. Entre os séculos XVIII e início do XIX “o Itapemirim era uma grande fazenda [...]. A sede da Fazenda, que era de assucar, ficava no morro contíguo á atual villa, no lugar conhecido por ‘Fazendinha’⁴⁰”.

A partir daí, a região recebeu muitas famílias migrantes, que vieram em busca de terras férteis e trouxeram seus escravos e maquinários. Estes investiram no cultivo de açúcar inicialmente. Dentre os que vieram para Itapemirim, pode-se destacar o capitão José Tavares de Brum, Joaquim Marcelino da Silva Lima – futuro Barão de Itapemirim –, o Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, além das famílias Quintaes, Bello, Pessanha, Moreira, Pinheiro e Póvoa⁴¹. Com os migrantes veio também o cultivo de café, que foi introduzido

³⁴ MARINS, A. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, p.199-231.

³⁵ MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016, p.19.

³⁶ Região miradora da província do Espírito Santo. Ver OLIVEIRA, J. T. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p. 214-215.

³⁷ OLIVEIRA, J. T. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p. 222.

³⁸ MORENO, Op. Cit. p. 19.

³⁹ Ibidem, p. 20-22.

⁴⁰ MARINS, Op. Cit. p. 209.

⁴¹ MORENO, Op. Cit. p. 32.

inicialmente em 1815⁴², mas se tornou cultura dominante por volta de 1840, concentrando a produção no interior da região sul⁴³.

O café vai dinamizar a região e seu cultivo, inicialmente, ocorrerá em toda região. Com o passar dos anos, porém, o interior obteve mais sucesso que o litoral na produção de café. No Alto Itapemirim, especialmente nas freguesias que vão surgir ao longo do Oitocentos, como as de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, Nossa Senhora da Conceição do Alegre e São José do Veado (atual Guaçuí), o cultivo do café obteve maior sucesso que na faixa litorânea. Aos poucos, aqueles que haviam mudado de cultivo, no Baixo Itapemirim, retornaram ao cultivo da cana⁴⁴. Ao longo da segunda metade do século XIX, o açúcar, a aguardente e o café serão os principais produtos exportados pelo Porto da Barra de Itapemirim, de acordo com os Relatórios dos Presidentes da Província do Espírito Santo referente aos anos de 1851, 1857, 1861, 1862, 1863, como demonstrado na Tabela 1⁴⁵.

TABELA 1: EXPORTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM E DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO ANO DE 1851 (VALORES)

ANO	PRODUTO	EXPORTAÇÃO PROVINCIAL (VALORES)	EXPORTAÇÃO DE ITAPEMIRIM (VALORES)	PORCENTAGEM (%)
1851	Café	206:643\$700	24:216\$600	11%
	Açúcar	108:100\$860	59:692\$820	55%
	Aguardente	3:181\$200	3:181\$200	100%

EXPORTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM E DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NOS ANOS DE 1857, 1861, 1862, 1863 (MEDIDAS)

ANO	PRODUTO	EXPORTAÇÃO PROVINCIAL (MEDIDAS)	EXPORTAÇÃO DE ITAPEMIRIM (MEDIDAS)	PORCENTAGEM (%)
1857	Arrobas de Café	136,883	23,287	17%
	Arrobas de açúcar	24,474	15,401	63%
	Medidas de aguardente	9,869	9,720	98,5%
1861	Arrobas de Café	223,807	62,813	28%
	Arrobas de Açúcar	21,823	18,807	86%
	Medidas de cachaça	5,090	4,810	94%
1862	Arrobas de Café	229,447	59,621	26%
	Arrobas de Açúcar	30,006	18,170	60,5%

⁴² ROCHA, COSSETTI, Op. Cit., p. 15-16.

⁴³ Ibidem, p. 17-18.

⁴⁴ Ibidem, Op. Cit. p. 35.

⁴⁵ Relatórios apresentados pelos Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Espírito Santo: 1852 – Bacharel José Bonifácio Nascentes D’Azambuja; 1858 – Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim; 1862 – José Fernandes da Costa Pereira Júnior; 1863 – Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo. Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

	Medidas de Cachaça	46	36	78%
1863	Arrobas de Café	139,341	37,561	27%
	Arrobas de Açúcar	32,458	20,541	63%
	Medidas de Cachaça	6,120	3,600	59%

Fonte: RELATÓRIOS da Província do Espírito Santo, 1852, 1858, 1864.

Como demonstrado na tabela, o crescimento econômico de Itapemirim foi grande a partir da segunda metade do século XIX. O enriquecimento da região gerou aumento populacional. Como dito anteriormente, os fazendeiros que vieram para a região trouxeram consigo seus escravos. Mas, além disso, uma grande quantidade de cativos adentrava em Itapemirim através do tráfico de escravos. Segundo Almada, “no Espírito Santo foi à região de Itapemirim [sul] aquela que majoritariamente desenvolveu uma economia do tipo ‘plantation’ escravista⁴⁶”. Assim, a paisagem humana de Itapemirim era composta por muitos cativos e por grandes fazendeiros proprietários de escravos. A tabela 2 apresenta dados populacionais ao longo do século XIX.

TABELA 2: POPULAÇÃO DE ITAPEMIRIM E DO ESPÍRITO SANTO AO LONGO DO SÉC. XIX

ANO	ESPÍRITO SANTO				ITAPEMIRIM							
	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	FOGOS	LIVRES	(%)	ESCRAVOS	(%)	TOTAL	(%)	FOGOS	(%)
1817	—	—	24.585	3.729	—	—	—	—	2.025	8%	147	4%
1818	—	—	25.960	3.729	—	—	—	—	2.025	8%	—	—
1824	22.165	13.188	35.353	5.274	1.184	51	1.148	49	2.332	7%	227	4%
1827	22.931	12.948	35.879	5.683	797	44	1.038	56	1.835	5%	229	4%
1833	—	—	27.916	—	—	—	—	—	3.051	11%	—	—
1839	—	—	26.080	—	—	—	—	—	2.487	10%	—	—
1843	21.122	10.376	32.720	7.677	1.825	45	2.109	55	3.984	12%	539	7%
1856	36.793	12.100	48.893	7.674	4.968	57	3.454	43	8.422	17%	428	6%
1857	36.823	12.269	49.092	—	—	—	—	—	4.393	9%	—	—
1872	59.478	22.659	82.137	10.774	6.808	68	2.873	32	9.881	12%	1048	10%

Fonte: RELATÓRIOS e FALAS dos presidentes e vice-presidentes provinciais do Espírito Santo nos anos de 1839, 1845, 1857 e 1871; MARQUES, C. A. *Dicionário Histórico, Geográfico E Estatístico da Província Do Espírito Santo*; VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*; VASCONCELLOS, J. M. P. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*; CENSO 1872.

A Tabela 2 demonstra que a quantidade de escravizados era grande na região. Além disso, em alguns anos havia na população um número maior de escravos do que de pessoas livres: no ano de 1827, o número de cativos representava 56% do total, e, em 1843, os

⁴⁶ ALMADA, V. P. F. *Escravidismo e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p.88.

escravos representavam 55% da população. Itapemirim também concentrava grande parte dos escravizados da província. Em 1843, 20% dos cativos que se encontravam no Espírito Santo estavam na região, e, em 1856, o quantitativo de escravos representava 29% de todo o território capixaba.

Todo esse crescimento econômico e populacional projetou Itapemirim dentro da província capixaba. Grandes fazendeiros itapemerinenses ocupavam cargos de destaque na política provincial e mantinham relações com a Corte. Essa projeção fez também com que a rivalidade política fosse constante na região. O Bispo D. Pedro Maria de Lacerda, ao visitar a Itapemirim em 1886, fez o seguinte comentário: “é bom notar que segundo aqui muitas vezes ouvi dizer, em Itapemirim os partidos são extremos, e os homens se repelem e pisam por partido⁴⁷”. Os conflitos que serão relatados nesse trabalho ocorreram algumas décadas antes da visita de D. Lacerda, mas seu comentário serve para ilustrar a dimensão das intrigas na região, conforme se verá a seguir.

Os conflitos de Itapemirim

Os contornos políticos na região Sul do Espírito Santo destoavam da Capital e também da Corte. Como já demonstrado nesse trabalho, os partidos que estavam em cena em Vitória eram os Dionisianos e os Capichabas. Mas em Itapemirim, região que se destacava economicamente dentro da província, os partidos divergiam da capital: eram divididos em Macucos, liderados pelo Coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, e Arraias, cujo líder era Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim. Esses partidos seguiam interesses pessoais e, segundo Siqueira, só levantaram a bandeira de Liberais e Conservadores em 1863. Os Macucos se denominaram Conservadores enquanto os Arraias se posicionaram como Liberais. Nesse ano, o Barão já havia falecido e a liderança do partido ficou a cargo de seu genro, Joaquim Antônio de Oliveira Seabra⁴⁸.

⁴⁷ LACERDA, P. M. *Diários das visitas pastorais de 1880 e 1886 à Província do Espírito Santo*. Vitória-ES: Phoenix Cultural, 2012., p. 222.

⁴⁸ SIQUEIRA, Op. Cit., p. 51-52.

Joaquim Marcelino da Silva Lima era o principal fazendeiro da região. Foi Sargento Mor e, em 1846, recebeu o título de Barão de Itapemirim. Era paulista e veio para o Espírito Santo em 1802, onde era dono da fazenda de açúcar “Três Barras”, em Benevente. Casou-se com D. Francisca do Amaral e Silva, em primeiras núpcias. Ao ficar viúvo, casou-se com D. Leocádia, filha do Capitão Tavares Brum, um dos principais fazendeiros da região, e mudou-se de Benevente para Itapemirim. Era Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa, tinha honras de Brigadeiro, por ter sido Diretor Geral dos Índios Purys do Aldeamento Imperial Afonsino⁴⁹. Oliveira o destaca como um belo exemplar de bandeirante do século XIX⁵⁰. Foi Vice-Presidente provincial por oito vezes, e assumiu a presidência interina em 1853-1854 e 1856⁵¹.

Era dono das fazendas Fazendinha e Queimada, que eram anexas e se localizavam na Barra do Itapemirim, além das fazendas do Ouvidor, do Morro Grande, do Bananal, de Fruteira do Norte e da célebre fazenda Muqui, sua residência, adquirida em 1827, onde possuía um suntuoso palacete e uma Capela dedicada a Santo Antônio. Em todas elas, segundo Marins, possuía mais de 400 escravos⁵². Em 1833⁵³, quando o Juiz de Paz de Itapemirim realizou um levantamento populacional da localidade, Silva Lima possuía apenas a Fazenda Muqui, com 304 escravos, o maior proprietário de cativos da região. Na Muqui havia engenho de açúcar e cachaça, maquina de serra, balandeira, lavouras de cana, além de 592 animais, dentre eles um urso panda, provavelmente trazido junto com os chineses que migraram para o Espírito Santo no mesmo período⁵⁴. Também possuía duas situações de plantações de mandioca e cercados, tudo em terras próprias.

João Nepomuceno Gomes Bittencourt era seu principal rival. Ocupou o cargo de Terceiro Vice-Presidente da Província, além de ter sido deputado provincial⁵⁵. Junto com seus irmãos, os Gomes Bittencourt eram conhecidos como “Moços da Areia”. Se

⁴⁹ MARINS, p. 211-212.

⁵⁰ OLIVEIRA, Op. Cit. p. 355

⁵¹ DAEMON, Op. Cit. p. 546-547, p. 386, p. 393, p. 399.

⁵² MARINS, Op. Cit. p. 212-214.

⁵³ Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

⁵⁴ PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf, p. 5-6.

⁵⁵ DAEMON, 2010, p. 546-547.

vangloriavam por sua família ter chegado a Itapemirim antes do Barão. Além do Coronel João Nepomuceno, dono das fazendas Areias e Coroa da Onça; os outros moços da Areia eram o Major Francisco de Paula Gomes Bittencourt, proprietário das fazendas Vermelho e Cerejeira; o Tenente Heliodoro Gomes Pinheiro, proprietário da Fazenda Rumo; e o Capitão José Gomes Pinheiro, dono da Fazenda Ouvidor do Norte. Também tinham irmãs, que se casaram com homens importantes da época: Izabel, casada com o Capitão José Barbosa Meirelles, dono da fazenda Guaranhum, na Serra; e Rachel, casada com o Major Caetano Dias da Silva, proprietário das fazendas Limão⁵⁶ e Pau d'Alho⁵⁷ e fundador da colônia de Rio Novo⁵⁸.

O Coronel João Nepomuceno, durante o levantamento de 1833, possuía apenas 26 anos. Seus bens eram menos expressivos que os de Silva Lima, fazendeiro consolidado com 44 anos. Tinha como bens 35 escravos, 500 braças de terras nas margens do Rio Itapemirim, lavouras de mandioca e café, casa de vivenda de telha, casa de palha, olaria e 86 animais⁵⁹. Com o passar dos anos, a fortuna e a importância política do Coronel aumentaram, adquirindo as fazendas Areia e Coroa da Onça, além de disputar politicamente em Itapemirim e na província com o Barão.

Siqueira, ao analisar a composição dos partidos percebeu que “o partido Conservador do Sul, diferentemente do Partido Liberal, possuía maior homogeneidade social. A maioria de seus membros eram grandes fazendeiros, comerciantes, membros da Guarda Nacional e alguns militares⁶⁰”. Enquanto os conservadores mantinham certa homogeneidade em sua composição, os Liberais exibiam perfil social diversificado, semelhantemente ao Rio de Janeiro. “As listas de membros do partido publicadas nos jornais indicam que o grupo liberal do sul era composto, como na Corte, por comerciantes, profissionais liberais, bacharéis, mas também por grandes latifundiários da região⁶¹”. Mas, segundo a mesma, apesar de divergirem em sua composição, o discurso político era o mesmo, com a prevalência de questões pessoais.

⁵⁶MARINS, Op. Cit. p. 214-216.

⁵⁷ ROCHA, L. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008, p. 239.

⁵⁸ MARINS, Op. Cit. p.216.

⁵⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

⁶⁰ SIQUEIRA, Op. Cit., p. 54.

⁶¹ *Ibidem*, p. 53.

Episódios da história de Itapemirim revelam como ocorriam as disputas entre Liberais e Conservadores onde as questões pessoais eram marcantes. Um deles se passa durante a visita do Imperador D. Pedro II a região⁶². Em 1860, Vossa Majestade veio ao Espírito Santo e essa visita foi patrocinada por dois grandes fazendeiros capixabas: o Coronel João Nepomuceno e o Barão de Itapemirim⁶³. Ambos estavam na cerimônia de recepção de D. Pedro em Vitória e aguardavam sua visita em suas fazendas no Sul⁶⁴. O Imperador passou pela Vila de Itapemirim a caminho da colônia de Rio Novo.

Vossa Majestade chegou em 8 de fevereiro e foi recebido na Igreja Nossa Senhora do Amparo, na sede da Vila, pelo presidente da Câmara, Capitão Francisco Gomes Bittencourt⁶⁵, filho do Coronel João Nepomuceno. O Imperador não pernitoou na Vila e preferiu se hospedar, até partir para seu destino, na casa do Capitão José Tavares de Brum e Silva, que ficava na sede⁶⁶, para evitar maiores conflitos, pois sabia do clima nada amistoso dos partidos de Itapemirim. Partiu em direção a colônia de Rio Novo, hospedando-se na fazenda do Pau d'Alho, pertencente ao Major Caetano Dias da Silva. Sobre os conflitos locais, D. Pedro II fez o seguinte comentário em seu diário:

As intrigas andam tão acesas aqui que os Guardas Nacionais que se achavam na casa da minha residência não queriam deixar entrar nenhuma pessoa da casa do Itapemirim e a Câmara Municipal cujo presidente é um Bittencourt mandando um boi para bordo do Pirajá recomendou que dissessem que o presente não era do Itapemirim⁶⁷.

A ausência do Imperador na fazenda de Silva Lima é apontada por Rocha⁶⁸ e por Marins⁶⁹ como a causa da morte do Barão, no final de 1860. O desgosto de não receber o Imperador pode ser somado às acusações que o Barão sofreu meses antes da chegada de D. Pedro a Itapemirim. Silva Lima havia sido acusado por João de Almeida Pereira, conselheiro

⁶² ROCHA, L. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

⁶³ *Ibidem*, p. 51.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 70.

⁶⁵ MORENO, Op. Cit. p. 69.

⁶⁶ ROCHA, Op. Cit., p. 231.

⁶⁷ Apud ROCHA, Op. Cit., p. 244.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 243-244.

⁶⁹ MARINS, Op. Cit., p. 224.

imperial e primo dos Moços da Areia, de ser um dos maiores traficantes de escravos brasileiros após a proibição definitiva em 1850⁷⁰.

As acusações envolvendo o Barão de Itapemirim e sua relação com o tráfico de escravos eram muitas. A historiografia tradicional capixaba o classifica como o maior contrabandista da província e um dos maiores traficantes de escravos do império após 1850. Segundo Santana⁷¹, Silva Lima era um dos maiores negreiros do Sudeste e o litoral de Itapemirim recebeu desembarque de navios negreiros até 1860. Oliveira⁷² também relaciona o nome do Barão ao tráfico de escravos, sendo ele “apontado como negociante de escravos e apaniguador de negreiros”.

O litoral do sul do Espírito Santo tem despertado o interesse de historiadores devido a sua permanência no tráfico de cativos após 1850. Pereira⁷³, ao pesquisar a permanência do tráfico de escravos após a Lei Eusébio de Queirós, com base nos documentos presentes no Arquivo Nacional e que também se encontram no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, encontrou inúmeras evidências de que, na região entre o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo ocorreram inúmeros desembarques de cativos após 1850⁷⁴. Fontes relatam que, após o fim do tráfico oficial, entraram no Brasil 8.812 africanos no litoral brasileiro⁷⁵, e boa parte desses podem ter chegado pelo litoral sul capixaba. A permanência do tráfico no litoral de Itapemirim não servia apenas as lavouras de café capixabas, mas estes cativos seriam enviados ao norte do Rio de Janeiro e a Minas Gerais.

⁷⁰ MORENO, Op. Cit., p. 66.

⁷¹ SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306, p. 304.

⁷² OLIVEIRA, Op. Cit., p. 372.

⁷³ PEREIRA, W. L. C. M. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis:SC, 15-18 de Maio de 2013. Disponível em <http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>; PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). *XI Congresso Brasileiro de História Econômica*. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf

⁷⁴ PEREIRA, 2013, p. 2.

⁷⁵ Disponível em <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

Podemos inferir que os interesses no tráfico ilegal nessa região fluíam pela fronteira entre as duas províncias, com destaque pelo lado capixaba, pelo seu vasto litoral que unia o delta do rio Itabapoana a Guarapari, banhado por uma grande faixa do Atlântico. Por outro lado, seu interior era percorrido por bacias fluviais cujas águas tocavam a Zona da Mata mineira, alcançado por afluentes primários e secundários e braços de rios que seguiam por terras fluminenses e capixabas. Portanto, entendemos que, sejam por suspeitas, tentativas ou pelos efetivos desembarques, a tríplice fronteira era uma escala que se articulava plenamente a partir de interesses diversos: o município de Itapemirim e o município de Campos dos Goytacazes transformaram-se em verdadeiras zonas de confluência do tráfico ilegal de africanos, enveredando uma teia de acusações, suspeições e apreensões entre correspondências, ofícios e diligências. Minas Gerais não ficaria fora dessa escala, mesmo que estivesse na retaguarda da linha praia⁷⁶.

Existe uma quantidade grande de correspondência relacionada a esse assunto, o que deixa claro a preocupação das autoridades da época com o tráfico. Muitas envolvem o nome do Barão de Itapemirim⁷⁷. Em 29 de novembro de 1851, o ofício, enviado pelo Chefe de Polícia da Corte ao presidente José Bonifácio Nascentes de Azambuja, comunicava que forças policiais do Império foram enviadas a Vila de Itapemirim a respeito da seguinte denúncia:

desembarque em Itapemirim de 270 Africanos na Fazenda do Coronel João Gomes, cunhado, que se diz do Barão de Itapemirim. A mesma denúncia teve o delegado da dita Vila, assim como ordem para varejar a mesma Fazenda e prender os criminosos e capturar os escravos; indigitando-se como Agente do contrabando a Joaquim da Fonseca Guimarães, que se diz fora para este fim a referida Vila⁷⁸.

Essa é apenas uma das inúmeras denúncias que envolvem o nome do Barão de Itapemirim. Elas ocorriam tanto na província quanto na Corte. Em 06 de abril de 1851, o presidente da Província do Espírito Santo, Felipe José Pereira Leal informa em correspondência confidencial ao ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, o desembarque de “cento e tantos” africanos em Barra do Itabapoana. Estes pertenciam a José Bernardino de Sá, comerciante de escravos e foram enviados a Itapemirim para a fazenda do Barão. Lá, seriam revendidos por Aurélio Jorge da Silva Quintaes e pelo alferes Custódio Luiz de Azevedo a outras pessoas. A denúncia foi enviada pelo Coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt e seu cunhado, o Major Caetano Dias da Silva, ambos desafetos do Barão, de acordo com o

⁷⁶ PEREIRA, 2013 p. 2.

⁷⁷ Ibidem, p. 4.

⁷⁸ APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

próprio Leal. Este também chama a atenção de Queirós para a amizade do Barão com traficantes⁷⁹.

Essa denúncia revela a rivalidade existente entre os Gomes Bittencourt e Silva Lima. Apesar de uma das filhas do Barão ter se casado com o irmão do Coronel João Nepomuceno⁸⁰, ainda assim, mantinham a rixa política. Além de partidos divergentes, aquele possuía prestígio político provincial enquanto este possuía importância local. Marins⁸¹ comenta que os “Areia” faziam uma “guerra” política, impedindo o Barão de vencer as eleições dentro de Itapemirim, aliciando toda gente que podiam, usando até de “violência a empregar e às vindictas sobre os contrários”.

Também é preciso destacar que, o Major Dias da Silva, português fundador da Colônia de Rio Novo, cunhado do Coronel Bittencourt, viera para Itapemirim como traficante negro. Marins cita uma notícia do Jornal S. João da Barra, de 1882, onde relata que o primeiro navio negreiro que aportou em Itapemirim trazendo cativos chamava-se Paula e chegou a este porto em fevereiro de 1831. Era comandado pelo então Capitão Dias da Silva e pelo piloto Herculano, que era baiano⁸². Rocha também o descreve como traficante negro, em 1860 durante a visita do Imperador a Itapemirim⁸³. Dias da Silva era português e chegou ao Brasil em 1828, onde empreendia viagens a Angola⁸⁴. Tinha relações com Joaquim Ferreira de Oliveira, conhecido contrabandista de escravos da Corte⁸⁵.

Havia sido chamado em uma coluna do Correio de Vitória de 1852, de “tigre sanhudo atrás da presa”, devido a sua relação com o tráfico ilegal de africanos⁸⁶. Quanto ao Coronel Gomes Bittencourt, também existiam denúncias com seu nome após 1850. Em 3 de novembro de 1852, o presidente Azambuja alerta o delegado de polícia de Itapemirim “sobre um projeto para desembarque de africanos livres atribuídos aos Gomes Bittencourt⁸⁷”. Em outro ofício, de 10 de setembro de 1852, o delegado de polícia de Itapemirim realizou denúncias ao

⁷⁹ PEREIRA, 2013, p. 6.

⁸⁰ Ibidem, p. 212.

⁸¹ MARINS, Op. Cit., p. 214.

⁸² MARINS, Op. Cit. p.225.

⁸³ ROCHA, 2008, p. 239.

⁸⁴ PEREIRA, 2013, p. 10.

⁸⁵ PEREIRA, 2013 p. 10-11.

⁸⁶ PEREIRA, 2015, p. 15.

⁸⁷ APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

presidente da Província contra o Coronel Gomes Bittencourt, seu cunhado e o Barão, pois de acordo com ele, ambos protegiam o tráfico de escravos em Itapemirim⁸⁸.

O Barão de Itapemirim, que fora presidente da Província por oito vezes⁸⁹, denunciou e cobrou medidas do governo imperial para acabar com o problema do tráfico de escravos no litoral capixaba. Pedia ao ministro que designasse um juiz municipal para servir como delegado de polícia, que fosse enviado um bacharel para atuar como promotor, além de oitenta a cem praças da confiança do ministro e um vapor de guerra para ficar parado em águas capixabas. Foi atendido nos primeiros pedidos, que sugeriu a convocação imediata da Guarda Nacional para atuar exclusivamente no combate ao tráfico de africanos⁹⁰. Em relatório apresentado por ele a Assembleia Legislativa Provincial, fez o seguinte pronunciamento sobre o assunto:

Trafico de africanos: Supposto seja muito conhecida a extensão das praias desta província, a falta de força publica, e o quanto se prestão certos lugares para um fácil desembarque de africanos, nem-um se tem dado desde 1851, em que se malogrou a ultima empresa, graças aos esforços e dedicação do então delegado de policia Dr. Rufino Rodrigues Lapa, que em Itabapoana prendeu cento e tantos africanos, e bem assim toda a tripulação do barco que os trasia; e pois se pode considerar extinto na província esse criminoso comércio. Todavia esta presidência não tem cessado de recommendar a todas as autoridades a maior vigilancia a tal respeito, com especialidade, ás de Itapemirim, e seria para desejar-se que o governo imperial assumindo aos pedidos ultimamente feitos, houvesse de facilitar certos meios indispensáveis para profligar os traficantes, se por ventura ousarem reaparecer nesta província⁹¹.

Não se sabe se de fato o tráfico foi encerrado em 1851 e até que ponto houve participação do Barão de Itapemirim e dos Moços da Areia, mas pelo teor das denúncias fica evidente que ambos participavam. Outro visitante de Itapemirim, o Barão de Tschudi⁹², relata os conflitos itapemerinenses, quando se hospedou nas fazendas de Silva Lima e de Dias da Silva. O suíço Tschudi relata que ouvira falar muito mal do Barão de Itapemirim e o

⁸⁸ APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

⁸⁹ MARINS, Op. Cit. p. 212.

⁹⁰ PEREIRA, 2013, p. 7.

⁹¹ Relatório com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração da mesma no dia 28 de março de 1856, Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/242/000032.html>.

⁹² TSCHUDI, Johann Jakob von, 1818-1889. *Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*. Vitória : Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

imaginava como um monstro, pois seus adversários não se cansavam de denegri-lo enquanto que seus aliados exageravam nos elogios. Mas ao conhecê-lo, teve outra visão do fazendeiro, principalmente, porque este não fez comentários maldosos sobre seus adversários⁹³.

A existência dos partidos Liberal e Conservador em Itapemirim se consolidou na década de 1860, e segundo Siqueira, os grupos definiram-se como liberais ou conservadores em consonância com os aliados da capital capixaba, mas também havia relações entre os integrantes do grupo dos Arraias e membros do Partido Liberal na Corte⁹⁴. A distinção dos projetos políticos passou a ser vista a partir de 1867, isso porque dois membros importantes adentraram nesses partidos: Clímaco Barbosa de Oliveira, que chegara da Corte com sua identidade liberal e Basílio de Carvalho Daemon, um conservador convicto⁹⁵. Ambos passaram a escrever em jornais locais junto com outros membros importantes, sendo o Sentinela do Sul o veículo dos Liberais e o Estandarte o jornal dos Conservadores⁹⁶.

Tanto Oliveira quanto Daemon usavam linguagem moderada, mas discordavam entre si. Não eram capixabas, aquele era baiano e este do Rio de Janeiro⁹⁷, e talvez por isso, os jornais escritos por eles se empenhavam tanto em se alinhar aos ideais políticos dos Liberais e Conservadores da Corte. As diferenças, porém, não eram tantas, uma vez que nem na capital imperial havia conteúdo de total oposição⁹⁸. O fato é que após a década de 1850, impulsionados por interesses locais ou não, houve muitos conflitos, denúncias e situações constrangedoras entre os líderes dos partidos Macucos e Arraias, que mais tarde se tornaram Conservadores e Liberais.

Considerações finais

A política em Itapemirim era vivida intensamente, como se pode perceber. Os grupos divergentes, Macucos e Arraias, movidos por interesses pessoais, não poupavam um ao outro

⁹³ Ibidem, p. 98, 116.

⁹⁴ SIQUEIRA, Op. Cit., p. 52-53.

⁹⁵ Ibidem, p. 54.

⁹⁶ Ibidem, p. 54-55.

⁹⁷ Ibidem, p. 53.

⁹⁸ Ibidem, p. 58.

de denúncias e comentários vexatórios. Apesar de que, havia ligações entre eles, como o casamento entre a filha do Barão de Itapemirim e o irmão do Coronel Gomes Bittencourt. Além disso, sobre as denúncias a respeito do tráfico de escravos, Pereira bem destacou que, a região de Itapemirim era parte de uma complexa rede de contrabando ilegal após 1850, que envolvia o norte do Rio de Janeiro e a província de Minas Gerais.

Também ficou claro, através dos documentos presentes no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, que não era apenas o Barão de Itapemirim que estava envolvido nesse tipo de comércio ilegal. Outros grandes fazendeiros, como o Coronel Gomes Bitencourt, e seu cunhado, o Major Dias da Silva, fundador da colônia de Rio Novo do Sul, também participavam. Mais nomes itapemerinenses podem ter sido responsáveis pelo contrabando de escravos, mas a historiografia tradicional destacou apenas o nome do Barão de Itapemirim, uma vez que este possuía maior prestígio na época. Mas ao que parece, a trama era muito maior e envolvia outros grandes fazendeiros locais, que talvez nunca sejam descobertos pela ausência de documentos.

Homens envolvidos no tráfico ilegal atuavam no controle de instituições vinculadas à repressão aos traficantes. Não por outro motivo, algumas autoridades locais tinham consciência de que as denúncias e as suspeitas estavam relacionadas a desentendimentos e rivalidades entre potentados locais. Em relatório de 13 de agosto de 1852, o chefe de polícia da província, Antônio de Tomaz Godoy, alertara que tais manifestações sobre o tráfico ilegal de africanos eram frutos de intrigas entre os “dois partidos locais”, em que “um serviria de sentinela ao outro” com o intuito de levantar suspeitas ou apresentar denúncias sobre o comércio ilegal de africanos⁹⁹.

Os conflitos entre os participantes da política capixaba e itapemerinense eram intensos e pessoais, envolviam prestígio e muito dinheiro. Itapemirim, que tinha grande importância econômica na época, era peça-chave na política provincial, compondo as intrigas e os conflitos capixabas no século XIX.

Fontes Primárias

⁹⁹ PEREIRA, 2015, p. 16

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). *Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

Referências bibliográficas

ALMADA, V. P. F. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BITTENCOURT, G. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1835-1980)*. Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convênio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.

CARVALHO, E. F.. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, E. V. *Da Monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

LACERDA, P. M. *Diários das visitas pastorais de 1880 e 1886 à Província do Espírito Santo*. Vitória-ES: Phoenix Cultural, 2012.

MARINS, A. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920.

MATTOS, I. R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.

OLIVEIRA, J. T. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). *XI Congresso Brasileiro de História Econômica*. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf, Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

PEREIRA, W. L. C. M. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis:SC, 15-18 de Maio de 2013. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>, Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

ROCHA, L. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

SALETTI, N. *Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SALLES, R. *E o Vale era escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306.

SANTOS, E. F.. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2002.

SIQUEIRA, K. S. *O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2016.

TSCHUDI, Johann Jakob von, 1818-1889. *Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*. Vitória : Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.